

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL: protagonistas e estratégias

Alejandra Pastorini¹
Gabriele Gomes Faria²

Resumo:

Este trabalho trata do avanço do conservadorismo no Brasil nos dias atuais e da forma como seus dogmas e ideias fundantes se encarnam nas políticas públicas, dotando de uma nova roupagem ao velho, ora cravejado de práticas que exacerbam o racismo, a xenofobia e a intolerância religiosa, ora assumindo um discurso moralizador, higienista, criminalizador e antidemocrático.

Palabras clave:

Sociabilidade burguesa-Estado-políticas públicas-Conservadorismo- Religião

Abstract:

This work deals with the advancement of conservatism in Brazil today and the way in which its dogmas and founding ideas are embodied in public policies, endowing a new guise for the old, now studded with practices that exacerbate racism, xenophobia and religious intolerance , now assuming a moralizing, hygienist, criminalizing and anti-democratic discourse.

Key words:

Bourgeois sociability- State- Public Policies- Conservatism- Religion

Introdução

Neste texto buscamos refletir acerca do processo de avanço e consolidação do conservadorismo no Brasil nos dias de hoje e da forma como os dogmas e ideias fundantes desse pensamento se encarnam e se manifestam nas políticas públicas, especificamente, nas áreas da saúde, educação, assistência social e previdência.

Partimos do pressuposto que o pensamento conservador, suas pautas, valores e práticas não são elementos exclusivos do atual contexto brasileiro, assim como tampouco são traços novos e singulares do século XXI; pelo contrário, o

¹ Profesora e investigadora de la Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lic. Trabajo Social - Universidad de la República del Uruguay (UdelaR), Magister y Doctora en Trabajo Social UFRJ (PPGSS/UFRJ). Realizo estudios de postdoctorado en el Programa de Pós-Graduação em Serviço Social de la Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL)

² Doctoranda del Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ; Magister en Política Social en la Universidade Federal Fluminense ; Especialización en Formulación e Gestão de Políticas em Seguridade Social - UFRJ . Graduada en Trabajo Social (2004). Coordinadora del equipo de Trabajo Social en la Unidade de Atenção Básica Estadual PAM Cavalcanti y Trabajadora Social en el equipo de Gestión de Atención Básica del Municipio de Armação dos Búzios.

conservadorismo é uma das marca do capitalismo e encarna-se na forma política que o capital requisita para se expandir: o Estado (nas suas estruturas de mando, instituições políticas, a forma jurídica e nas políticas públicas). Tal como será tratado neste trabalho, o pensamento conservador enquanto manifestação do pensamento moderno acompanhará o movimento das transformações do capitalismo nos distintos momentos históricos, contudo manterá os traços essenciais (centralidade da família, moralidade religiosa, defesa dos valores tradicionais, diferenciação e segmentação entre gêneros, raças e classes, o a ideia da ordem e controle como garantias do progresso e do desenvolvimento). Sendo assim, aqui temos como objetivo demarcar o arsenal de reformas, pilares da agenda conservadora, que impregna as políticas públicas no país nos últimos anos.

Trabalhamos com a ideia de que a efetivação dessa agenda se vê reforçada pelo avanço do protagonismo de setores conservadores evangélicos (como por exemplo, os grupos neopentecostais) no espaço público e, em especial, nas diversas instâncias políticas e esferas do governo. Esse protagonismo contribui com o reforço do projeto conservador demarcado por traços, higienistas, criminalizadores e moralizadores que impregnam de formas variadas as ações e programas sociais.

Dividimos este trabalho em 3 partes, iniciando pela reflexão acerca da força conservadora encarnada no Estado burguês e nas políticas públicas. A continuação analisamos as particularidades do processo de alargamento da presença dos setores evangélicos conservadores no Brasil, em especial as estratégias utilizadas por estes grupos religiosos para ampliar seu protagonismo e influência na sociedade, no espaço da política e no Estado. Na terceira parte problematizamos os avanços do conservadorismo no Brasil e suas expressões nas políticas públicas, tecendo algumas considerações finais que entendemos importantes para analisar as políticas sociais no atual contexto de pandemia do Covid-19 no mundo.

1. Estado burguês e sua força conservadora

É impensável falar do avanço do conservadorismo sem tangenciar o papel e a centralidade do Estado neste processo, tendo em vista sua importância ideopolítica e econômica na dinâmica capitalista, sobretudo, a partir da crise que avança no mundo que nos indica os limites das possibilidades civilizatórias e nos conduz por caminhos cada vez mais degradantes e desumanos. Mas, é importante destacar que o Estado não se encontra fora nem alheio desses processos e soluções, mas participando ativamente.

O Estado moderno enquanto um fenômeno essencialmente capitalista é concebido por Mascaro (2013) como necessário à reprodução do capital, uma vez que se constitui como afiançador da troca de mercadorias e garantidor da exploração da força de trabalho, portanto, é necessário às relações sociais, sobretudo, às de produção e reprodução, permitindo que exploradores e explorados qualifiquem-se ideologicamente enquanto sujeitos de direitos³ Assim, ao ser atravessado pelas

³ Mascaro (2013) sinaliza que pela haste jurídica se apresenta uma garantia de igualdade formal que visa valorar mercadorias e, portanto, denota que todos os sujeitos são livres e iguais na circulação mercantil, ou seja, sujeitos de direitos. De acordo com as análises do autor, isso significa que da forma mercadoria

categorias valor e formas sociais, bem como por conflitos e lutas de classes, a forma estatal, tal qual se apresenta, é uma forma política própria do capital.

O atual contexto de crise estrutural⁴ que expressa a face destrutiva do sistema e, segundo Mészáros (2015) seu caráter desumano, põe em risco o futuro da sobrevivência da humanidade em face do gerenciamento das contradições. Essa busca por gerenciar as barreiras que o capital encontra para se expandir terá efeitos negativos sentidos de forma intensa pela classe trabalhadora que via no Estado e nas políticas públicas a possibilidade de ter assegurado seus direitos e o atendimento de algumas das suas necessidades. Entretanto, este período de crise evidencia o caráter ilusório da garantia dos direitos, ao passo que as normas e legislações se mostram insuficientes para colocar limites ao projeto expansivo do capital.

Para Mandel (1982:350) exatamente por ser intolerável uma perspectiva cidadã, o Estado tratará de frear as liberdades, enfraquecê-las e aboli-las legalmente fazendo valer o poder econômico, a dominação ideológica (que se traduz em controle, violência e repressão), sobretudo, com tendência de novos ciclos autoritários nas periferias do sistema capitalista.

Em todos estes aspectos, o mesmo autor destaca que, a ação Estatal se faz necessária enquanto parteira do modo de produção capitalista, por meio de relações livres de troca, sob aparência de igualdade e liberdade, o que de acordo com Mascaro (2013:40) tangencia o formal e o negocial ao passo que marca a devida legitimidade da dinâmica de troca como formalmente igual entre explorador e explorado, e isto, sob a chancela do Estado que dissimulam via seguranças legais a dependência e sujeição sob a aparência de liberdade e igualdade permitindo a funcionalidade da reprodução da exploração.

Nesta dinâmica a burguesia reina, mas não governa, apesar disso, trata de exercer sua dominação ideológica e de controle que permeia o Estado, fazendo-o aparecer como campo de interesses divergentes e com funções integradoras essenciais, nas variadas formas que assumir, quais sejam: i) criador de condições gerais de produção; ii) repressor de ameaças e iii) garantidor da ideologia burguesa (Mandel, 1982:333-334).

Este caráter instrumental (enquanto forma associada ao capital) e, fundamentalmente, conservador do Estado faz dele um espaço eficaz para a fertilização dos negócios econômicos. Nesse sentido, esta forma política própria do capitalismo não pode ser pensada como neutra nem como espaço de conciliação de interesses antagônicos. Como menciona Harvey (2006:92) esse é um mito a ser desvendado, tendo em vista que o Estado não é um complexo passivo na história, tampouco neutro, mas essencial ao bom desenvolvimento do capitalismo, ou seja, essencial para a acumulação. O processo de expansão do capital necessita do envolvimento estreito e firme do Estado, ou seja, de uma forma de organização

deriva o fetiche de uma forma democrática a qual prevê normas, sem, contudo, possibilitar poder de decisão das minorias, nem tampouco, possibilitando que o Estado se universalize, mas sim, que siga reforçando a identidade do capital.

⁴ Mészáros (2015:35) aponta tal crise como uma crise estrutural da economia, da política e as suas soluções viáveis, cheias de contradições e limites democráticos defendidas pelos Estados, não pelo fenecimento deste, mas pelas contradições destrutivas do sistema do capital.

político-econômica que garanta a valorização. Assim sendo, o Estado se constitui no locus de confiança do homem, onde está posta a ilusão de preceitos éticos e as ideias que emanam daí agem no sentido de garantir, reproduzir e reforçar a dominação via ocultamento, naturalização e exaltação do particular como universal.

Nesta dinâmica, a burguesia conta com o espaço estatal para garantir seus interesses particulares sob uma ideologia saturada de instrumentos de dominação que se concretizam por meio de formas sutis de produzir convencimento e, portanto, mistificá-lo como importante e necessário para todos. Assim a função ideológica manifesta-se como central para impedir e inverter a compreensão dos fenômenos e perpetuar a dominação de uma classe sobre outra, apresentando as ideias e valores próprios de uma classe como se fossem comuns ao conjunto da sociedade. Dessa forma, o Estado é uma peça central do sistema de controle sociometabólico. Como indica Mészáros “o Estado é parte integrante desse sistema como um modo de controle sociometabólico e funciona como agente ativo tanto da lei do Estado como da legalidade do Estado a serviço da manutenção geral da ordem sociometabólica estabelecida” (2015:59). Em vista disto, segundo o referido autor (Idem.:52), o Estado se converterá em executor de uma ilegalidade que perde a excepcionalidade e caminha na órbita da regra, assumindo o vulto de uma violência genérica via discursos e ações que caracterizam a desumanidade, já que não há consensos quanto aos valores universais, que se afogam em preconceitos, intolerâncias, desconstrução de sujeitos coletivos via valiosos mecanismos de consensos e coerção postos pelas esferas políticas e jurídicas que impactam nosso cotidiano e expropriam grande parte da população por meio de arranjos conservadores que tem servido de auxílio teórico-ideológico para escamotear e naturalizar a realidade.

Esta ideologia conservadora, segundo Almeida (2018), tem vários matizes sendo que sua origem se vincula aos pensadores do século XVIII que buscavam cultivar instituições e valores tradicionais (família, propriedade, moralidade religiosa), concebidos como pilares de civilização e de ordem baseada no controle social. Mais tarde, com o advento da industrialização a ideologia conservadora se opõe à racionalidade científica e aos movimentos em prol da democracia que ameaçavam o tradicionalismo e as posições de poder, posto que acreditavam serem estes vitalício às elites. Mais tarde e como reação à algumas das conquistas (interpretadas como possibilidades de reversão dos privilégios de alguns grupos e inviabilização do projeto burguês hegemônico, bem como tentativas de produzir um igualitarismo que extinguisse diferenças individuais cultivadas pela tradição) se consolida um novo conservadorismo que facilita garantir a manutenção das relações existentes favorecendo assim, a reprodução ampliada do capital.

Escorsim Netto (2011:148) ao examinar as manifestações imediatas do conservadorismo e sua gênese sinaliza que “[...] o pensamento conservador é uma expressão do pensamento social moderno”. Logo, os rebatimentos e avanços destas conduções conservadoras, postas pelas mudanças no interior do capitalismo, se metamorfoseiam ao longo da história, sem, contudo, perder os traços essenciais, quais sejam: a segmentação social (entre classes, raças e gêneros), foco na família como base da moralidade, culto à religião e à tradição. Assim, tal pensamento tem a função sociopolítica de recuo via um saudosismo do passado que, em nosso caso, está

legitimado por peculiaridades da formação social brasileira: escravagista, patriarcal e racista, que vão sustentar formas de pensamento as quais almejam exaltação da hierarquia, nutrição de privilégios, conservação da ordem e do status quo, conspirando contra os direitos e os avanços democráticos.

Tal como foi mencionado acima, o pensamento conservador (seus dogmas, ideias, fontes de inspiração e consequências da materialização da agenda defendida) acompanha o movimento da história e assume novos significados e formas. Deste modo, a perspectiva conservadora posta na atualidade articula-se de forma íntima ao ideário neoliberal que preconiza, entre outras coisas, uma acumulação de capital sem limites. Para sustentar esse projeto, em diversas oportunidades, recorre-se a fundamentos não racionais, ou pré-rationais que buscam seu sustento em argumentações religiosas e/ou místicas. A intensificação da aproximação dos governantes dos grupos conservadores evangélicos (como por exemplo os segmentos neopentecostais) pode ser considerada como uma expressão de esse aggiornamento do pensamento conservador neste século XXI, apresentadas como progressistas, prudentes defensoras da democracia, mas trazendo em seu bojo, concepções de “natureza humana” idealizada a sua auto-imagem.

Neste decurso, diversos países da América Latina, a partir de uma guinada à uma direita mais ideológica, detona uma desistorização do tempo presente através de uma maior aproximação de um sistema de ideias conservadoras, com forte ligação com líderes religiosos fundamentalistas. Com essa estratégia se consegue influenciar diversos grupo, sempre entoando a “família tradicional”, a moral, os bons costumes. O Brasil, sobretudo a partir da vitória do presidente Bolsonaro, é um bom exemplo dessa realidade caracterizada pela presença, nos espaços de poder e no próprio Estado, de grupos conservadores religiosos que assumem posições políticas caracterizadas por a intolerância, o extremismo, a indiferença, os sacrifícios que não irão poupar vidas humanas.

No contexto de crise estrutural do capital, salta aos olhos algumas características deste Estado enquanto uma força altamente conservadora, tangenciada ainda por dimensões destrutivas, com determinações impregnadas de desumanidade, violência, formas distintas e modernas de alienação em que as políticas sociais, cada vez mais restritas, mercantilizam-se para afiançar renovadas configurações de acumulação capitalista por meio dos processos de privatização (direta e indireta), das facilidades criadas para que o setor privado acesse aos recursos públicos e da transferência do fundo público para pagamento dos juros e amortização da dívida pública contraída pelos setores dominantes.

Nesta feita, a vida da classe trabalhadora assume condições degradantes em vista do aumento do desemprego, da intensificação da precarização das relações de trabalho e do crescimento da população sobrando que se submete às condições aviltantes em vista ao recuo das proteções determinadas e asseguradas na forma jurídica que preconizou a cidadania burguesa e uma democracia de cooptação, que são sacrificadas para garantir os superlucros do capital.

Assim, a barbárie contemporânea se expressa na intensificação da pauperização, violência, guerras, conflitos urbanos e rurais, destruição da natureza, xenofobia, intolerância e no fundamentalismo religioso, que desumanizam e dão vulto ao ódio

que rebate nas “pautas democráticas” impregnadas por um caráter cada vez mais conservador. Essas ideias e práticas reverberam num grande projeto societal irradiando por todo tecido social através das pautas legislativas, inclusive, com vistas a enfrentar possíveis ameaças dos grupos e setores que se contrapõem a esse projeto, de tal modo que a repressão, a moralização, a punição são a nova face da barbárie que almeja garantir sustentabilidade ao mercado.

2. Alargamento do conservadorismo religioso no Brasil

A partir dos últimos anos do século XX e no início do século XXI é perceptível o avanço acelerado da presença dos representantes de grupos evangélicos no espaço público no Brasil. A “Frente Parlamentar Evangélica” é um importante exemplo do crescimento e centralidade que vêm adquirindo diversos setores evangélicos no Congresso brasileiro. Esta Frente Parlamentar, criada em 2003, atualmente é integrada por mais de uma centena de deputados e senadores vinculados à heterogênea “bancada evangélica” que tem como objetivo declarado a articulação dos parlamentares, no âmbito do Congresso Nacional, em torno de uma pauta que entendemos como conservadora, baseada na defesa da vida, da família e da moral religiosa.⁵

Esta Bancada aponta dentre suas reivindicações impedir a aprovação de normas a favor de direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, do casamento homoafetivo, das pesquisas com células-tronco embrionárias, do ensino laico, dentre outras. Alguns desse parlamentares foram responsáveis por projetos que vão na contramão da garantia e ampliação de direitos humanos e sociais, dentre eles entendemos importante mencionar: o “Estatuto do Nascituro” (PL 478/2007),⁶ “Estatuto da Família” (PL 6583/2013),⁷ o projeto conhecido como “Cura Gay”.⁸

Também grande parte desse grupo teve um papel fundamental no processo político que concluiu com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e que possibilitou que o vice-presidente Michel Temer ocupasse, de forma definitiva, a cadeira no Palácio do Planalto, entre os anos 2016 e 2018. Não podemos esquecer que a referência a Deus, à bíblia, à família, à fé e à nação teve uma marcada presença nas declarações de votos

⁵ Devemos mencionar que não todos os Congressistas Evangélicos integram essa Bancada que assume uma posição claramente conservadora na sociedade e no espaço político institucional. Como indica Almeida, o termo “evangélicos” compreende a diversidade de fiéis, lideranças religiosas e políticas, muitos deles conservadores, mas outros com posicionamentos mais progressistas. No entanto, neste trabalho estaremos fazendo referência ao grupo do evangélicos que ocupa um lugar hegemônico no mundo da política aqueles que são “pouco tolerantes com religiões e morais alheias, e cujas lideranças costumam ser percebidas com desconfiança, sendo algumas consideradas ambiciosas e arrivistas” (Almeida, 2017a: s/d).

⁶ Tal projeto torna o aborto um crime hediondo, sob a defesa de que o nascituro é um ser humano concebido, mas ainda não nascido. Demarcando a negligência aos achados científicos, o conservadorismo expresso e o retrocesso ao passo que criminaliza inclusive o aborto em casos de estupro, hoje garantido por lei no Brasil.

⁷ O Estatuto da família apresenta um conceito de família limitado ao passo que considera esta apenas pela união legal entre homem e mulher, ou seja, aqueles capazes de gerar filhos, demarcando como família apenas aquelas hetero normativas.

⁸ Este projeto visa transformar a orientação sexual de indivíduos. Também conhecido como “Terapia de reorientação” consiste em um conjunto de “técnicas” cognitivas, comportamentais, psicanalíticas e religiosas. A palavra “cura” denota a eliminação do “mal” e expressa a intolerância em pleno século XXI.

dos parlamentares evangélicos, embora não exclusivamente, no processo de admissibilidade do referido impeachment.⁹

É importante mencionar que o atual presidente da República Jair Bolsonaro chega ao poder em 2019 – tendo como slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – com o apoio político (e logístico) de diversos grupos evangélicos que hoje ocupam parte significativa dos cargos no executivo federal (Ministérios, Fundações, Secretarias Nacionais etc.).¹⁰ Exemplos dessa protagonismo no atual governo nacional são: Pastora Damares Regina Alves (chefe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), Benedito Guimarães Aguiar Neto (Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes), o missionário evangélico Ricardo Lopes Dias como responsável da Fundação Nacional do Índio/FUNAI, dentre outros.

Contudo, é importante explicitar que o processo de alargamento do protagonismo dos evangélicos na política já se encontrava em cursos desse a década de 1980, tal como indicam diversos estudos, como por exemplo Freston (1993), quando analisa a presença destes grupos religiosos na política no período da Constituinte (1987-1988)¹¹. Mas, queremos lembrar que, foi nos anos 1970, no contexto das ditaduras cívico-militares que, em diversos países da América Latina, o pentecostalismo oriundo dos Estados Unidos se estabelece em alguns países da região, como é o caso do Brasil, assim como no continente africano.

Sem dúvida nenhuma, a incursão dos evangélicos na política e sua pauta conservadora marcam mudanças nesse espaço público, porém é importante mencionar que, no caso brasileiro, desde o período do Império até os dias de hoje, as instituições religiosas ocupam um lugar central. Desde cedo, o catolicismo reconhecido como religião oficial, interferiu e contribuiu para definir os preceitos morais, os “bons” costumes, as relações entre os sujeitos no âmbito da família e a organização desta instituição, o papel da mulher e do homem na sociedade, evidenciando assim os limites reais da ideia da laicidade do Estado brasileiro. Contudo, nas últimas décadas a Igreja católica vai sendo desafiada pelo avanço dos setores evangélicos, e em especial dos segmentos conservadores, que, como mencionamos acima, a partir dos anos 1970,

⁹ Seguramente, não é uma coincidência que essas mesmas referências tenham sido utilizadas por políticos da direita conservadora e ultradireita quando assumiram o poder em Peru, Bolívia, Argentina, El Salvador, assim como em outros países da América Latina. Nessas oportunidades, nos discursos de posse dos presidentes afirmava-se que: “encontram-se amparados pelo direito divino”, que “Deus permitiu que a bíblia volte a entrar no palácio”, que “o Brasil é do senhor Jesus”, que posicionam-se em favor da “família e da inocência das crianças em sala de aula”.

¹⁰ Há um outro dado importante a ser lembrado. O poderio adquirido pelos evangélicos nos últimos anos, que se expressa como mencionado acima na ocupação dos cargos do primeiro escalão, a partir do governo Bolsonaro, passa a ser dividido com alguns setores militares.

¹¹ O período mencionado inicia formalmente com a instalação no Congresso da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, com o objetivo de elaborar uma nova Constituição brasileira, após 21 anos sob regime cívico-militar. O funcionamento da Constituinte finaliza, em 1988, com a aprovação da nova Constituição. Os diversos grupos, empresários, organizações e movimentos sociais que tencionavam o regime militar, desde finais dos anos 1970, assumem protagonismo no período da Constituinte, buscando influenciar na formulação da Carta Magna a través de estratégias lobistas, negociação, sensibilização, protagonismo em diversos grupos de trabalho, eventos políticos etc. assim como Emendas populares e elaboração de propostas a serem incluídas na nova Constituição.

já se colocavam no cenário mundial como uma importante estratégia de contenção da Teologia da Libertação.

O crescimento da participação dos evangélicos, e principalmente dos pentecostais e neopentecostais, na política produz importantes transformações na consolidação de uma estratégia conservadora que se apoia na naturalização da sociedade, das relações sociais e o não questionamento da ordem social, buscando recuperar valores sociais tradicionais (a nação, a família, a moral religiosa e a fé em Deus) e opondo-se as descobertas e ao desenvolvimento da ciência.¹²

Como menciona Mendes, na entrevista realizada por Azcárate (2020), estes grupos evangélicos se acoplam “à prédica neoliberal em favor do empreendedor que admite o direito dos fiéis de abrir sua própria igreja e de se autodenominarem “pastor de revelação” [e se tornarem pastores evangélicos] “isto inscreve-se na lógica do capital e do consumo; cada um pode criar seu próprio business neopentecostal” (s/d).

Essa prática permite a multiplicação das igrejas – não somente nas periferias das cidades e nas localidades mais pauperizadas – e a ampliação da sua presença e incidência no cotidiano dos sujeitos nos territórios onde moram, trabalham e desenvolvem atividades sociais e lazer. Também a capilaridade e alargamento da presença destes grupos evangélicos são possibilitados pelos diversos recursos midiáticos como: televisão, rádio, internet, redes sociais, jornais etc.¹³ Ao mesmo tempo cresce a presença destas instituições religiosas no espaço artístico promovendo cantantes, espetáculos musicais, grupos de dança, cinema e organizando mega eventos religiosos. Através destas estratégias atende-se e cria-se uma demanda e uma forma de lazer e expressão artística e cultural que reproduz os valores e preceitos religiosos reforçando simultaneamente o apoio a uma pauta conservadora defendida tanto no interior dos templos e cultos quanto nos diversos espaços públicos no legislativo e/ou no executivo. Não menos importante são as redes de apoio criadas entre os fiéis evangélicos que se alargam perante o recuo das políticas sociais¹⁴.

Contudo para garantir a existência dessas redes de ajuda que congregam as diversas atividades e prática de solidariedade entre os membros da comunidade evangélica, a contribuição financeira dos fiéis é decisiva, assim como as isenções fiscais

¹² Como exemplos, podemos trazer à baila as discussões que envolvem o chamado criacionismo que rejeita determinados aspectos biológicos em nome da religião, bem como o terraplanismo que de modo esdrúxulo, e contra todas as evidências científicas afirma que a terra é um disco plano. Esta negativa aos achados científicos atravessa inclusive projetos de lei brasileiros tornando polêmicos os casos de aborto em razão de anencefalia; o uso células troncos entonando ainda, a não imparcialidade do Estado no que tange a religiosidade.

¹³ Vários das Igrejas e grupos evangélicos possuem suas próprias emissoras de rádio e canais de televisão, editoras e estão à frente de atividades culturais relevantes, onde o que está em voga é o seu reacionarismo e a defesa de suas pautas morais. Apesar de ter um público específico, importa ressaltar que o uso destes canais de algum modo dá visibilidade ao simbolismo da religião, além de legitimar tais narrativas.

¹⁴ Como explica Azcárate (2020) “A ausência de direitos e a marginalização social junto à carência de assistência pública são dados chave para a implantação do pentecostalismo. Este funciona nos coletivos abandonados, que não possuem um espaço de existência e lhes constitui esse lugar, “cria redes de apoio mútuo entre os fiéis, que acabam funcionando e contribuem para que objetivamente melhore”. (...) Às vezes operam como hospitais espirituais...” (s/d).

e demais facilidades outorgadas pelo Estado que contribuem com o crescimento do poderio político, social e econômico dessas instituições religiosas.¹⁵

Estas instituições evangélicas na atualidade vêm se transformando em um importantíssimo espaço de consolidação do conservadorismo, seja através da defesa de uma pauta conservadora, seja pela reprodução de valores, preceitos e modos de vida tradicionais, ou mesmo, através do apoio político e logístico (promoção e apoio explícito a candidatos políticos e governantes, por exemplo) a indivíduos ou partidos políticos aos quais se encontram filiados ou brindam seu apoio.

3. A influência conservadora nas políticas sociais

O avanço do conservadorismo no Brasil não tem medido esforços para fazer com que as ideias particulares da classe dominante, sejam entendidas e reproduzidas como universais, via apassivamento¹⁶ e sacrifícios sociais impelidos pelo projeto neoliberal. Nesse processo a forma política estatal tem a função de preservar e manter o tradicionalismo, e controlar os elementos entendidos como indesejados.

Mesmo nos períodos dos governos petistas (2003-2016) em que se viveram momentos de elevação e refluxo do crescimento econômico apoiados na ampliação do acesso ao consumo pelas classes médias e os setores pauperizados (que alterou o quadro das desigualdades absolutas), não foi possível garantir melhoras sólidas na vida da maioria da população no longo prazo. Por outro lado, neste mesmo cenário se observa o avanço do projeto conservador, sobretudo dentro do próprio governo, já que, os representantes do capital de plantão precisaram de alianças políticas com setores conservadores¹⁷ como forma acessar o Executivo Federal pela via eleitoral. É importante destacar que grande parte do eleitorado dos setores localizados à direita do espectro político engrossavam o contingente populacional que nutria profundo desprezo por aqueles que só possuem a sua força de trabalho para viver.

Contudo, no segundo governo da presidente Dilma Rousseff (2015-16), com o acirramento da crise mundial e a pressão dos representantes do grande capital sobre o fundo público, o ódio ao pobres e a pari passu à democracia ficam latentes,

¹⁵ Segundo a pesquisa desenvolvida por Calderón Castillo, “Somente no Brasil, as autoridades fiscais indicam que as igrejas evangélicas movimentaram, em 2015, 25 milhões de reais (7 milhões de dólares), uma cifra gigantesca que tem permitido um exponencial crescimento às igrejas, que criam franquias e seus próprios templos em qualquer povoado, cidade ou país do mundo”. (2017:s/d).

¹⁶ Ao demarcar este período atual, Iasi (2018) lança mão do conceito de “apassivamento” entendido como mecanismo em que as classes dominantes mais reacionárias e conservadoras, a partir das migalhas jogadas aos trabalhadores – já que conteúdos mais democráticos são considerados exagerados -, conquistam certa apatia e amoldamento por parte da classe trabalhadora que precisa estar pacificada para dar curso a um projeto maior, quer seja, o do capital.

¹⁷ O sistema político oligárquico nunca se afastou, tencionava de modo a esmagar qualquer alternativa popular e assim, alianças governamentais conservadoras se fizeram presentes em detrimento das pautas das lutas. Das alianças feitas com as elites conservadoras se destacam aquelas junto ao agronegócio, empresários do ramo da indústria, das empresas de saúde que inviabilizaram um governo mais à esquerda, mas permitiram a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder dando curso às políticas macroeconômicas neoliberais com desmonte dos sistemas de proteção, prevenindo as lutas, quer seja, com reforço da presença militar nas ruas ou pela promulgação de leis específicas para mitigar manifestações populares desarmando condições organizativas.

desembocando no “golpe parlamentar” que destitui no ano de 2016 à presidente da República, mas que ganha o tônus de impeachment, “justificado” em nome da moralidade, de Deus¹⁸ e da perseguição à corrupção.

Tal golpe orquestrado conjuntamente entre os diversos grupos localizados à direita no espectro político, setores conservadores religiosos, parte do judiciário e do legislativo conseguiu empossar ao seu vice Michel Temer (na época vinculado ao PMDB)¹⁹ que faz avançar rapidamente a agenda das reformas, intensificar os processos de privatizações, alargar a presença o fundamentalismo religioso, a retirada de direitos trabalhistas, a criminalização do pensamento diferente, o recuo das legislações que protegiam os direitos humanos, exacerbação da força policial, o corte dos investimentos nas políticas sociais, bem como consolidar a total inercia do judiciário²⁰ que cada vez mais afastado dos trabalhadores, se coloca a serviço dos interesses daqueles que detém o poder político e econômico

Instaurada e forte no país a denominada bancada “BBB”²¹ traz à baila os interesses dos grupos armamentistas, dos ruralistas e dos setores conservadores evangélicos que, desde dentro do Congresso Nacional Brasileiro, articulam e alinham os seus interesses econômicos particulares ao projeto conservador abertamente reacionário tal qual demonstrado em alguns estudos que asseveram que, apesar de presente em diferentes momentos da história, o conservadorismo toma vulto em “terras tupiniquins”, via uma forte bancada evangélica presente nos espaços legislativos e executivos com defesa perene das pautas que reiteram valores tradicionais cristãos, repudiam os movimentos sociais, criminalizam, moralizam e militarizam as expressões da questão social, tal como foi mencionado do item anterior (Pastorini, et al, 2019).

Além disto, o mesmo estudo pontua que esta Bancada atua junto dos grupos representantes dos interesses do agronegócio e da mineração e em oposição às garantias constitucionais dadas aos grupos indígenas. Também, devemos mencionar o apoio recebido pelo grande bloco da “bancada da bala” na qual se inserem representantes da indústria de armas e defensores do armamento da sociedade civil e que, portanto, defendem a flexibilização das leis armamentistas e licenciamento do porte de armas no país. Este grupo que nucleia segmentos dos setores mais

¹⁸ Almeida (2017b) ao descrever a abertura da sessão de admissibilidade do processo de impeachment em seu artigo intitulado “Os Deuses do Parlamento”, nos chama a atenção para o fato de 52 deputados federais dos 513 votantes citarem a palavra “deus” demonizando o inimigo, neste caso o PT. Em grande parte dos discursos apareceu “deus”, “família” e “nação”.

¹⁹ Com imagem abalada o Partido da Mobilização Democrática Brasileira - PMDB resolve fazer o que marqueteiros chamam de *rebranding*, uma espécie de mudança que aos olhos do público pode denotar nova identidade. Com isso, retornam a sigla original MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que teve grande peso histórico ao tecer críticas e oposição à ditadura. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/19/politica/1513695154_142381.html

²⁰ Acerca deste protagonismo do Judiciário no processo político Demier (2017) destaca seu papel no “combate a corrupção” pauta que segundo o autor tem se prestado a justificar a reforma do Estado em escala internacional e no Brasil acrescida ainda de sucessivos ataques aos direitos civis e certas normas legais.

²¹ A “Bancada BBB” – da bala, do boi, e da bíblia, como referência aos armamentistas, ruralistas e evangélicos compõem um grupo que troca votos para atendimento de seus interesses. Contudo é nas políticas de segurança pública que a bancada da bíblia tem assumido posições mais punitivas confrontando-se aos princípios de amor e valorização da vida.

conservadores na política brasileira, teve importante papel no cenário do golpe institucional de 2016, assim como nas articulações para definir o futuro presidencial capaz de trabalhar em prol de suas propostas e pauta conservadora, revelando posteriormente apoio massivo à Jair Bolsonaro (atual presidente da República) que representa em seu discurso e ações o que havia de mais conveniente as elites dominantes, quer seja, manter seu reacionarismo sob o manto “democrático”. Assim, mesmo que a preço de ter no poder um figura nitidamente não intelectualizada e com caráter desprezível, o ódio ao PT, a identificação com o discurso fascista por parte da burguesia e de frações dos setores populares, bem como a clara conversão de Bolsonaro às bulas da ideologia neoliberal - consensual nas elites imperialistas - o levou ao poder. Eleito em 2018 no segundo turno, contando com o apoio de pouco mais de 55% dos votantes, Bolsonaro manteve e intensificou a perspectiva conservadora e autoritária que marcou a campanha eleitoral. Armado do discurso de austeridade e da crise econômica encobre as suas reais intenções, qual seja: a ruína da democracia liberal, em detrimento dos interesses ultraneoliberais, e as tornam legítimas diante da classe “média” e trabalhadora – interpelada pelo que essa aspira a ser e não pelo que é – “cansada” da corrupção e dos mal uso do público, do aumento do desemprego, da violência e da criminalidade. No entanto, o projeto que fora implementado pelo novo governo nacional preconiza o ataque aos direitos humanos e sociais, assim como à democracia, em nome dos interesses da elite do atraso (Souza, 2017).

É importante mencionar, a modo de exemplo, que já em 2019 (início do atual governo) a Anistia Internacional chamava a atenção para diversos projetos que tramitavam no Congresso e que representavam um verdadeiro ataque aos direitos humanos, sociais, políticos, sexuais e reprodutivos dos brasileiros²². Posteriormente, em fevereiro de 2020²³ esta mesma organização divulgou um relatório apontando o retrocesso na área dos direitos humanos, nominando os responsáveis diretos pelo recuo, dentre eles, o presidente da república, Jair Bolsonaro e, o governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Vale lembrar que ambos governantes, mencionados no relatório da Anistia Internacional, nas suas respectivas campanhas eleitorais posicionaram-se contrários à proteção e garantia dos direitos humanos para todos os cidadãos brasileiros. Uma vez ocupando os cargos executivos tais discursos foram traduzidos em medidas administrativas e legislativas que acabam criando brechas para: flexibilizar a punição aos crimes ambientais; aumentar a desproteção e risco postos pela negligência com povos indígenas e quilombolas, legitimar ações

²² Dentre as principais propostas que demarcam o retrocesso, destacam-se a de redução da maioria penal de 18 para 16 anos; o Projeto que visa criminalizar o aborto em qualquer fase da gestação; decretos que preveem a autorização de uma série de terapias que objetivam “auxiliar” na mudança da orientação sexual; o endurecimento da lei penal; a tipificação do terrorismo e nesta a classificação de manifestações como atos terroristas ao passo que constam como atos de terror "incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado no rol do “terrorismo”; projetos que intencionam demarcar os tipos de família que podem acessar determinados direitos securitários, ou seja, as hetero normativas.

²³ Dados do Relatório da Anistia Internacional divulgado em fev/2020 Disponível em: <https://anistia.org.br/direitoshumanos/publicacoes/?categoria=0&tipo=Relat%C3%B3rio&idioma=&localidade=Brasil>

autoritárias e os abuso de poder da política militar, dentre outros. Aparece também no relatório os ataques, ameaças e impunidade no que tange aos agravos e crimes contra ativistas e defensores dos direitos humanos, donde o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, também, é citado.²⁴ Por último, o relatório faz menção aos discursos de autoridades estaduais e federais que justificam o aumento da violência policial praticada contra jovens, negros, moradores de favelas e periferias urbanas, reforçando características de um Estado penal e criminalizador do pobres, da população negra, das favelas e periferias urbanas, das lutas e movimentos sociais. A aprovação, em dezembro de 2019, da lei n.13.964 que institui “pacote anticrime”,²⁵ sem dúvida, foi decisivo para consolidar este projeto conservador do qual estamos falando.

Em vista disso, o que ora está posto é um cenário regressivo e de verdadeiro recuo dos direitos sociais, políticos e humanos imposto pelo atual governo, com apoio dos segmentos conservadores, que buscam revogar os preceitos constitucionais referentes à proteção social, definidos na Carta Magna de 1988, e aprofundar as reformas neoliberais que se encontram em andamento desde a segunda metade dos anos 1990.

A aprovação da Emenda Constitucional 95/2016²⁶ aprovada no governo Temer (que institui um regime fiscal de congelamento dos investimentos na saúde, educação, assistência social, ciência e tecnologia) é um marco deste processo em curso. Essa Emenda Constitucional, vigente até a presente data, foi uma das estratégias utilizadas nos últimos anos para reduzir a responsabilidade e presença direta do Estado na área social ampliando, ao mesmo tempo, o protagonismo do setor privado e facilitando o acesso ao fundo público pelos representantes do grande capital. São inúmeros os exemplos que poderíamos mencionar aqui para ilustrar esse processo de retração dos direitos e de aniquilamento das políticas sociais, contudo a continuação faremos referência à algumas dessas mudanças.

²⁴ Marielle Franco, vereadora em exercício de seu mandato, socialista, mulher, negra e lésbica, defensora dos direitos humanos, fora brutalmente assassinada a tiros ao lado de seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, ano eleitoral. O caso é atravessado por uma série de dúvidas, acusações, disputas políticas, pontos nebulosos que fazem do caso um verdadeiro labirinto com ausência de elementos fundamentais para comprovação dos identificados como mandantes e as circunstâncias do crime. A Anistia Internacional acompanha o caso e cobra do governo do Estado do Rio de Janeiro sua elucidação. Disponível em: <https://anistia.org.br/entre-em-acao/email/acao-urgente-justica-para-marielle>.

²⁵ Tal lei legitima o endurecimento de penas, o combate aos crimes violentos, altera conceitos de organizações criminosas, impõem prisão para condenados em segunda instância; isenção de penas ou redução nos casos dos autos de resistência, ou seja, àqueles policiais que matarem em serviço; anuncia o combate à corrupção, sem, contudo, incluir nesta a criminalização do “caixa dois” (uso de recursos financeiros sem declarados aos órgãos de fiscalização competentes) . Outrossim, reflete o expansionismo penal que toma a cena na realidade contemporânea tal qual a Lei antiterrorismo 12260/15 aprovada no governo da presidente Dilma Rousseff.

²⁶ Esta Emenda Constitucional, aprovada em 16 de dezembro de 2016, institui um novo regime fiscal para vigorar nos próximos 20 anos sob o discurso falacioso da necessidade de limitação dos gastos públicos, tendo em vistas a “irresponsabilidade em governos anteriores”. Esta “PEC da maldade” como ficou conhecida durante os muitos protestos dos setores progressistas e de esquerda, previa como única medida capaz de retomar a economia, o ajuste nos gastos sociais impedindo investimentos aos serviços públicos.

Desde o primeiro ano do governo Bolsonaro a educação pública foi tratada de forma hostil, sobretudo, as universidades e os diversos espaços de pesquisa e produção de conhecimento científico e tecnológico. Por um lado, estas instituições se depararam com reduções orçamentárias significativas que incidem na paralização de investigações, do desenvolvimento e participação de atividades de socialização e intercâmbio de conhecimento e descobertas, nas limitações de permanência dos discentes nas universidades devido à falta de recursos financeiros que acaba impactando na redução das bolsas, da assistência estudantil etc. Por outro lado, esse ataque vê-se reforçado pelo fomento, difusão e apoio do governo a indivíduos e grupos conservadores e fundamentalistas que trazem à cena a retomada de posições e discussões que se contrapõem às descobertas científicas realizadas no mundo todo, por exemplo: os “terraplanistas” e os “criacionistas. Evidencia-se também a retomada do projeto “Escola sem-Partido”²⁷ que é acompanhado de uma revisão dos conteúdos de livros didáticos das escolas públicas, do recolhimento de importantes obras clássicas da literatura brasileira, entonando um claro controle e cerceamento do conhecimento e da cultura no país. Outrossim, o Ministério de Educação comunica às escolas públicas quanto a obrigatoriedade do enfileiramento e gravação de crianças cantando o hino nacional, ação esta polêmica que fez com que o Ministro da Educação recuasse²⁸. O discurso de militarização como alternativa educacional e disciplinar entoa e tenta mobilizar estados e municípios à sua adesão, nem sempre lograda. O lançamento do “Programa Future-se”²⁹ denota a face privatizante no ensino superior e Institutos Federais com repasse de obrigações estatais às organizações sociais, ou seja, canalizando o fundo público para o setor privado. Tais medidas, para além de

²⁷ Este projeto desperta polêmica ao propor uma escola apartidária, sem doutrinação e livre de ideologias, estabelecendo direitos e deveres aos professores em sala de aula, sobretudo, para que estes não passem aos alunos suas orientações políticas, ideológicas. É importante destacar que, na proposta “Escola sem-partido”, a concepção de doutrinação e ideologização são sinônimos de difusão do conhecimento crítico e científico. Além disso, o projeto prevê que valores familiares se sobreponham aos escolares, vedando, portanto, qualquer discussão e conteúdo educativo que trate acerca de temas como orientação sexual e gênero no âmbito escolar, ratificando assim, uma visão restrita que ameaça a liberdade do processo de ensino- aprendizagem sob diferentes pontos de vista.

²⁸ A cantata do hino nas escolas é prevista pela lei 12.031/2009. Contudo, o que muito surpreende é o ofício encaminhado às escolas é o Slogan de campanha do atual presidente Jair Bolsonaro “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Também a exigência de filmagem de alunos, professores e funcionários contradiz a legislação vigente no país. Tal ação explicita a não impessoalidade, laicidade e uma perspectiva controladora posta por este governo que faz uso de sua autoridade para legitimar seus interesses particulares. Por ter sido alvo de inúmeras denúncias o Ministério da Educação foi tencionado a responder pela a conduta ao Ministério Público e mais uma, vez recuou dessa obrigatoriedade. Outra conduta polêmica foram os anúncios de cortes motivados por supostas “balburdia” e ideologias comunistas, que também causaram controvérsias, além de expressar mais uma vez o autoritarismo e controle da liberdade de expressão. O ataque à pesquisa e a desqualificação dos investigadores brasileiros via corte de recursos são constantes neste governo.

²⁹ Trata-se de um Projeto do Ministério da Educação com vistas à reorganização financeira e de gestão para Universidades e Institutos Federais a partir de uma orientação de maior autonomia financeira via fomento de uma perspectiva empreendedora que visa à captação de recursos próprios não atrelados ao orçamento da União, reiterando uma perspectiva privatista no âmbito da Educação Pública brasileira. O Projeto aguarda aprovação do Congresso Nacional para entrar em vigor.

precarizar a educação, demarcam o conluio cultural, claramente reacionário, do não acesso aos serviços de educação pela classe trabalhadora.

Na esteira deste processo de mercantilização do social, a política de saúde vê intensificada a participação do capital através do alargamento da presença dos planos privados e das comunidades terapêuticas que disputam o fundo público com o Sistema Único de Saúde (SUS).³⁰ É importante mencionar que se introduz, desde 2017, na Rede de Atenção Psicossocial a possibilidade de internações forçadas em instituições vinculadas a entidades religiosas que se encontram pouco preparadas para o tratamento de usuários de drogas e que na sua maioria reforçam as perspectivas higienista, punitivista e autoritária. Também a regressividade nesta política pode ser evidenciada de forma clara no texto da nota técnica N.11/2019 que, segundo Passos e Gomes (2019:161), põe em xeque as conquistas ora preconizadas pelo Movimento de Reforma Sanitária³¹ ao demarcar novas medidas para a política de saúde mental como: retorno ao uso da eletroconvulsoterapia; internações de crianças e de adolescentes (contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente); a não oposição ao fechamento de leitos para internação (ao contrário menciona os ambulatorios e hospitais psiquiátricos); rechaça a estratégia de redução de danos; além de não considerar o Centro de Atenção Psicossocial³² como um serviço substitutivo demarcando, portanto, um claro retrocesso nesta área e uma tendência criminalizadora, moralizadora, punitiva, controladora dos corpos e repressora.

Ainda no campo da saúde, a portaria nº 2698/19 anuncia a suspensão de transferências financeiras às instituições que não alimentem os sistemas de informações. Essa medida indica um claro movimento produtivista e controlador, sem, contudo criar as condições objetivas que permitam complementar quadro de recursos humanos e infraestrutura suficientes para o bom funcionamento dos equipamentos de

³⁰ O Sistema Único de Saúde (SUS) nasce de um intenso processo de luta e organização dos trabalhadores na década de 1980. Configura-se hoje como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, garantido pela Constituição Federal de 1988 de modo não contributivo e universal. Dentre os seus princípios estão: a Universalidade, a Integralidade, e Equidade. No período anterior à atual Constituição Federal de 1988 o SUS prestava serviços apenas aos trabalhadores com vínculo formal de emprego, sendo, portanto, uma conquista sua universalização. Contudo, desde seu nascedouro, a iniciativa privada nunca se afastou e se legitima juridicamente pela garantia de um sistema complementar particular que faz crescer a privatização do sistema público de saúde e a desresponsabilização e o desfinanciamento direto por parte do Estado, que sustenta a bancarrota este processo via destinação do Fundo Público a exemplo do que vem acontecendo com as Comunidades Terapêuticas postas hoje na Política de Saúde Mental e que se figuram como estratégias do Governo Jair Bolsonaro para “combate às drogas” com viés religioso, como pouco ou nenhum investimento técnico e fiscalização, o que recoloca o perigo de um tratamento sem base científica, pautado na abstinência, no controle dos corpos, na punição e no retorno a segregação, tudo isso, com financiamento público (Passos e Gomes, 2019).

³¹ A Reforma Sanitária brasileira nasceu na luta contra a ditadura com o tema Saúde e Democracia. Nesta perspectiva Saúde é vista como uma questão social e política. O movimento consolidou-se em 1986 e o vulto tomado pode garantir na sua entrada na Constituição Federal de 1988 por meio de emenda popular que preconizou a saúde como direito do Cidadão e dever do Estado.

³² Os Centros de Atenção Psicossocial são serviços de saúde de caráter aberto e comunitário previstos no âmbito do SUS, constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realizando prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

saúde. Não menos importante é a portaria nº 2979/19 que institui uma nova forma de financiamento da política de saúde por meio de uma carteira de serviços na Atenção Primária à Saúde. Esta portaria estabelece que o repasse de recursos aos municípios deverá ser realizado levando em consideração o número de usuários cadastrados pelas equipes de saúde e o desempenho destas, a partir de indicadores de qualidade. Tal medida fere o princípio da universalidade garantido pela Constituição Federal de 1988, tendo em vista que, a partir de agora, os recursos estarão vinculados ao número de pessoas cadastradas e não às necessidades da população. É sabido que com esta nova sistemática os municípios terão dificuldades para garantir o direito à saúde uma vez que grande parte da população não se encontra cadastrada (devido ao baixo grau de informatização dos municípios e déficit de recursos humanos), mas acessa os serviços públicos. Essa mudança estimula a realização de parcerias, contratação de serviços privados e terceirização das atividades cadastrais, assim como perde a referência do território adstrito e alimenta a disputa pela “clientela”, a lógica produtivista e competitiva que se instala nas unidades de atendimento causando, inclusive, impactos negativos na vigilância em saúde.

Contudo, sob o discurso da modernidade o que ora se apresenta trata-se mais de um incremento tecnológico pautado na perspectiva de otimização dos recursos, mecanismo este analisado por Mandel (1982) como estratégia capazes de esconder o real, destruindo a razão e mistificando a realidade. O fetichismo desta tecnologia abre precedentes à privatização, à um viés antidemocrático, controlador dos usuários e dos profissionais, sendo estes últimos, também, cerceados de sua autonomia num movimento autoritário e de pouca escuta dos que operam a política.

Ainda no sentido de pontuar em que medida essas transformações reverberam nas políticas públicas e na vida dos trabalhadores que delas dependem para sobreviver, é importante mencionar os cortes de recursos e benefícios na área de assistência social, assim como o estabelecimento de critérios cada vez mais rígidos para o acesso a esta política social. Também, nos últimos anos presenciamos a retomada do primeiro-damismo, a precarização e desfinanciamento dos serviços socioassistenciais, inviabilizando dessa forma a proteção dos grupos mais pauperizados. A burocratização no acesso e a demora para outorgar os benefícios, como por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)³³ e as transferências de renda vinculadas ao Programa Bolsa Família (PBF), expressam o requinte de desumanidade presente no tempo atual. Por outro lado, a redução de recursos concomitante ao aumento da demanda nos faz questionar a qualidade dos serviços ora oferecidos dentro destes equipamentos, que na maioria dos municípios têm servido apenas de locus para atualização e efetivação

³³ Previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social - 8742/93, como um benefício assistencial, não contributivo que busca a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Em sua criação, instituiu que a renda por pessoa do grupo familiar para fins comprobatórios seja menor do que ¼ do salário mínimo (R\$261,25). Em 23 de Março de 2020, o Congresso Nacional derrubou veto do Presidente da República, e sancionou a Lei 13981/2020 que altera a per capita para ½ (522,50) por pessoa do grupo familiar. Contudo, em 2 de abril, há nova alteração no texto posto pela lei 13982/2020 que em razão da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (Covid 19) estabelece o retorno da per capita de ¼ até 31 de dezembro de 2020.

do Cadastro Único.³⁴ Na prática estes sistemas tecnológicos de cadastramento que mapeiam e identificam as famílias pauperizadas, concebidas como “vulneráveis”, se transformam em verdadeiros mecanismos de controle, identificação e fiscalização daqueles indivíduos e famílias cadastrados. Esta realidade implica em uma importante característica das políticas sociais na atualidade, que orientadas por uma lógica conservadora vão perdendo seu carácter de proteção e ampliando seus traços moralizadores e controladores, materializando uma estratégia apassivadora e organizando a dominação de classe.

Essas alterações na política de assistência social não podem ser entendidas sem considerar o recuo nos direitos previdenciários que se encontra em curso desde os anos 1990, sob o julgo de redução de despesas e aumento da arrecadação. Segundo Salvador (2019:108), tal desmonte implica na organização de um sistema capitalizado na previdência social, gerido pelo setor privado, baseado na contribuição dos trabalhadores e na quantidade de recursos acumulados, ou seja, sem qualquer garantia previa, empurrando aqueles que podem pagar ao mercado.

CONCLUSÃO

Foi observado que a expansão do capital não encontra qualquer limite ético nem político e, portanto, precisa reforçar normas, modos de pensar e de ser necessários para garantir a reprodução social. Essa lógica se refrata no interior do Estado que desempenha suas funções de forma renovada, para garantir a produção e reprodução do capital, mesmo que para isso tenha que apostar em retrocessos “apassivados” por uma lógica “humanista-cristã” que entoa o nome de Deus, da bíblia, da família, da fé e da defesa da nação para permitir o alargamento da forma política presente hoje, atravessada pelo protagonismo dos setores conservadores evangélicos na política. Estas mudanças por um lado, demarcam a função social da religiosidade no capitalismo, além da intensificação da “quebra da laicidade” no interior do aparelho estatal. Por outro lado, explicita, em ações de claro carácter religioso, que nem por isso abandonam os interesses particulares de seus membros, ora postos como interesses universais que, de certo, transmutam-se em importantes mecanismos de consolidação do conservadorismo.

Com isso, importa considerar que a entonação das saídas individuais, os discursos moralizadores e repressivos, rotineiramente produzidos por esta lógica perversa, trazem em seu bojo o limite da apreensão do real e a produção de um mascaramento eficiente conduzido pelo Estado, via um discurso saudosista do passado, escamoteando o ódio aos pobres e a democracia, além de promover uma destruição das estruturas e mecanismos de proteção social do Estado via transição da forma direito para ações no âmbito do mercado.

Nesse cenário destrutivo, a democracia e cidadania são entendidas como utltrapassadas em nome da conservação de formas sociais em que todo formato de

³⁴ O Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal é questionário preenchido no âmbito da Assistência Social. Tal instrumento objetiva caracterizar e mapear as famílias de baixa renda, possibilitando que estas ao serem conhecidas, sejam alvo de políticas públicas. Assim, este cadastro é o principal instrumento de seleção e inclusão de famílias em programas Federais.

violação torna-se padrão para o estabelecimento de medidas de austeridade e retirada de direitos. Dessa forma, a retomada do conservadorismo se estabelece como crucial, pois somente ele com sua hipocrisia e aqueles tomados por sua ideologia, darão conta via discursos carregados de desumanidade, para explicar o atual cenário.

Isso significa o quão urgente é nos nutrirmos da história para elucidarmos situações específicas, pois mesmo em condições desvantajosas não devemos nos furtar de construir valores emancipatórios, afinal, o que está em jogo é a nossa possibilidade de existência.

Contudo, no momento de fechamento deste trabalho nos encontramos em “isolamento e distanciamento social” pelo cenário detonado pela pandemia recente do Covid-19 que atinge diversos territórios do mundo incluindo a América do Sul e nesta o Brasil. Este novo contexto traz à cena os reflexos das políticas neoliberais que se encontram em curso desde a década de 1990. As consequências destas receitas que nos últimos anos perseguem, inferiorizam e desfinanciam a ciência, boicotam e privatizam o Sistema Público de Saúde brasileiro, sob uma forte ideologia satanista do SUS, alterando seu modelo de gestão, negligenciando o fomento de recursos e, portanto, saturando sua capacidade de atenção, nos direcionando para o caos, sobretudo, quando em meio à notícia do perigo eminente o discurso que prevalece ainda é o pouquíssimo compromisso com o humano, donde naturalização da morte do outro é a face mais perversa que o vírus eminente põe em voga, especialmente, àqueles que impactados pela reforma trabalhista recente, pelo aumento do desemprego, do trabalho sem vínculo formal e retirada dos direitos sociais e trabalhistas não encontram alternativas de sobrevivência e proteção diante de uma lógica autocrática de um Estado blindado às reivindicações da classe trabalhadora e disposto apenas a atender às reivindicações imperialistas.

Sob orientação da ciência o “ficar em casa”, mesmo a contragosto governamental, se impôs enquanto estratégia para impedir o colapso do sistema de saúde e a redução do contágio, mas implicando em um forte impacto econômico que importa ressaltar, já vivenciava uma crise que atingia a estrutura do capital. O cenário Pandêmico e pós-pandêmico de certo exponencia uma crise já existente, e traz em seu bojo, a necessidade de políticas públicas que vão na contramão do ideário neoliberal e do atual governo nacional, mas que ao se apresentar continuam a exacerbar uma lógica sistêmica de conciliação em nome da economia, haja visto as ações que ora se apresentam como socorro a economia e aqueles mais pobre, quer seja, os projetos de lei para taxação dos rendimentos dos trabalhadores; o retorno à per capita de $\frac{1}{4}$ do BPC (mesmo após aprovação de $\frac{1}{2}$ per capita); a renda básica emergencial que se apresenta com valor pífio, com prazo determinado, com exigências extremamente burocráticas que exclui muitos trabalhadores, demarcando mais uma vez que a performance atual não é de atenção aos direitos, mas aos lucros, sobretudo, a partir dos duros golpes de supressão de direitos já mencionados aqui.

Deste modo, neste contexto de medo e de avance a Epidemia que atinge de forma desigual à sociedade extremamente desigual, de não aumento da performance das políticas sociais, de desgoverno, de desprezo pela vida, as políticas públicas mostram sua importância e se enquadram enquanto alternativa à uma saída sadia. Mas a besta insiste em rondar e apresentar sua face perversa que avilta a ciência retoma ações

arcaicas no âmbito da assistência social, que longe de ofertar um auxílio digno, passa a ser palco do clientelismo retrógrado. E na ausência de respostas públicas eficazes a religiosidade ascende como alternativa “possível”, reiterada nos Estados Unidos por Donald Trump que prevê o dia de oração para “a mão curadora de Deus” e no Brasil pelo presidente Jair Bolsonaro que designou um “dia nacional de jejum e oração” demarcando para nós descalabros comportamentais de lideranças que exaltam seus valores individuais, competitivos, reacionários e letais no atual cenário.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, R. (2017a) A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. Cadernos Pagu 50. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500001.pdf>
- _____ (2017b) Os Deuses do Parlamento. Revista Novos estudos CEBRAP 6: 71-79.
- ALMEIDA, S. (2018) Neoconservadorismo e liberalismo. In: Miguel, LF [et al] O ódio como Política: a reinvenção da direita no Brasil, Boitempo, São Paulo.
- AZCÁRATE, A. (2020) Iglesias evangélicas, franquias de fé neoliberal. El Salto. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/religion/iglesias-evangelicas-franquicias-fe-neoliberal>.
- CASTILLO, J.C. (2019) Iglesias evangélicas y el poder conservador en Latinoamérica. Disponível em: <https://www.celag.org/iglesias-evangelicas-poder-conservador-latinoamerica>.
- DEMIER, F. (2017) Depois do Golpe. A Dialética da Democracia Blindada no Brasil, Mauad, Rio de Janeiro.
- ESCORSIM NETTO, L. (2011) O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica, Cortez, São Paulo.
- FRESTON, P. (1993) Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas.
- HARVEY, D. (2006) A Produção Capitalista do Espaço, Annablume, São Paulo.
- IASI, M. (2018) Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural, ECP, São Paulo.
- MANDEL, E. (1982) O Capitalismo Tardio, Abril Cultural, São Paulo.
- MASCARO, A. (2013) Estado e forma política, Boitempo, São Paulo.
- MÉSZÁROS, I. (2015) A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado, Boitempo, São Paulo.
- PASSOS, R. e GOMES, T. (2019) Avanço do conservadorismo, regressividade e os ataques à política nacional de saúde mental, álcool e drogas. Ramos et al. (Orgs.) Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social, Navegando Publicações, Uberlândia.
- PASTORINI et al. (2019) As instituições evangélicas e sua influência na política no Rio de Janeiro. Anais 16º CBAS, Brasília.
- SALVADOR, E. (2019) Fundo público, crise e financeirização da previdência social. Salvador, et Al. (Org.). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social, Cortez, São Paulo.
- SOUZA, J. (2017) A elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato, Leya, Rio de Janeiro.